

FONTES HISTÓRICAS NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL¹

Dirce Josefina Longhi Boito²

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir a importância das fontes históricas e seu uso em sala de aula no ensino de História. Faz diversas abordagens sobre a escravidão, destacando sua ocorrência na região dos Campos Gerais, Paraná, refletindo sobre a necessidade de construir com nossos alunos uma identidade mais plural e menos homogênea, ao trabalhar com a História local. Detêm-se sobre as fontes históricas do Município de Castro, principalmente sobre os processos criminais, permitindo ao aluno a construção do conhecimento histórico e possibilitando o reconhecimento de que tal conhecimento é provisório. Tem por finalidade também discutir as evoluções da concepção de fontes históricas e seu conceito atual.

Palavras chaves: Fontes históricas. Processos criminais. História local. Escravidão. Campos Gerais.

HISTORICAL SOURCES IN THE TEACHING OF LOCAL HISTORY

Abstract: This article aims at discussing the importance of the historical sources and their use in History Classes. It approaches slavery in several ways, emphasizing its occurrence in the region of Campos Gerais, Paraná, reflecting about the necessity of constructing a plural and less homogeneous identity with our students, when dealing with local History. It was focused on historical sources in the city of Castro, mainly lawsuits, allowing the student the construction of historical knowledge and the recognition that such knowledge is temporary. It also aims at discussing the evolution of the conception of historical sources and its current concept.

Keywords: Historical sources. Lawsuits. Local History. Slavery. Campos Gerais.

¹ Trabalho apresentado a Secretaria de Estado da Educação – Programa de Desenvolvimento Educacional - como requisito para avanço na carreira docente (QPM) Professor PDE, do Estado do Paraná, orientado pela Prof^a Dr^a. Carmencita H. de Mello Ditzel

² Dirce Josefina Longhi Boito, professora PDE, e-mail: dircelonghi@hotmail.com

Este trabalho faz considerações a respeito da importância do uso das fontes históricas em sala de aula, bem como sua preservação. Pretende também destacar a história local/regional no processo de construção da identidade de nossos alunos, propiciando-lhes repensar as identidades dos grupos que dela fizeram parte, assim como também refletir qual o papel desses grupos na construção da História.

Muitos historiadores se preocupam em pesquisar a sociedade dos Campos Gerais, mas não sob o aspecto que adotamos, pois após estudos sobre a História local/regional, realizamos um trabalho em sala de aula em que usamos as fontes históricas que fazem parte do acervo da Casa da Cultura Emília Erichsen do Município de Castro.

Dentro da História local/regional abordaremos a ocupação dos Campos Gerais e município de Castro e a presença africana nesta ocupação. Neste sentido, vem atender a demanda da efetivação da Lei 10639/2003, aprovada em 9 de janeiro, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio do país. Depois de tantos anos de ensino baseado nas teses eurocêntricas, na carência de literatura e na desinformação sobre o assunto, a efetivação dessa lei não é tarefa fácil. As autoridades educacionais recentemente têm se esforçado para preencher as lacunas existentes na formação dos educadores, propiciando debates sobre o assunto e sobre a efetivação da Lei. Como resultado desses esforços foram publicados os Cadernos Temáticos que nos ajudaram a assimilar a necessidade da inserção da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

Além das Diretrizes e dos Cadernos Temáticos, fizemos a leitura de vários autores que já trabalham com processos criminais, entre eles Sidney Chalhoub em “Visões da liberdade” o qual discute a visão de liberdade do negro escravizado. Já Boris Fausto em “Crime e Cotidiano”, preocupa-se com os valores, representações e comportamentos sociais através da transgressão da norma penal. César Múcio da Silva em “Escravidão e violência em Botucatu”, escreve sobre sentimentos de ódio, vinganças e traição dos senhores e escravos de Botucatu. Ainda foi relevante para os nossos estudos a autora Kátia de Queirós Mattoso que em seu livro “Ser escravo no Brasil”, mostra cada passo da vida individual ou coletiva do escravizado, desde o

momento em que se torna cativo na África, sua viagem sem volta ao Brasil e sua adaptação ao mundo novo onde é considerado mercadoria.

Hoje, o desafio como educadores e um dos maiores objetivos da história é fazer com que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo para entender sua região. Para que isso aconteça é necessário um processo de transformação em que o aluno seja estimulado a adquirir uma consciência histórica, através de seu contato com fontes históricas se familiarizando com as formas de representação das realidades do passado e do presente, fortalecendo sua capacidade de análise.

Em síntese, apresentamos uma experiência do trabalho realizado nas aulas de História, com as turmas de sétimas séries do Ensino Fundamental, ofertado na cidade de Castro, pelo Colégio Estadual Antonio e Marcos Cavanis.

DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE ESCRAVIDÃO

Segundo Reis; Silva (1989) na atualidade, a escravidão negra é um dos temas mais discutidos dentro da historiografia brasileira. Até a década de 90 a abordagem feita sobre a escravidão negra era radical: ou o escravo era herói, ou era vítima. Esses modelos ignoravam a capacidade do escravo de realizar pequenas conquistas no dia-a-dia, sua autodeterminação e sua importância no processo histórico, sendo o mesmo apresentado como simples objeto do sistema escravocrata.

Essa interpretação feita pela historiografia contribuiu para a construção do estereótipo do negro escravizado: um ser incapaz de sair de sua passividade absoluta e construir padrões próprios de vida familiar e cultural.

No momento, ao discutirmos na escola sobre a identidade nacional, ainda há um certo desconforto, pois ainda prevalece a idéia de que os diversos grupos populacionais (indígenas, negros), seus descendentes e demais trabalhadores não possuem História. Sob essa ótica se torna difícil entender que a História deles faz parte da História do Brasil. Temos que despertar na consciência de nossos alunos que nossa identidade é formada com todos os elementos das camadas populares, devido sua participação na constituição da nação, como nos afirma Bittencourt

(2005), deixando de prevalecer à construção de uma identidade homogênea, num mundo branco ocidental e cristão.

Como nos afirma Bittencourtr (2005), a introdução dos grupos étnicos (negros e indígenas), nos estudos históricos, como agentes participantes na nossa História, ocorreu como se os grupos indígenas fossem só selvagens que dificultassem a civilização no Brasil. Já o negro era omitido, só sendo incluído nos estudos históricos após a abolição e associada à mesma.

Uma das primeiras obras a abordar o tema escravidão foi “Casa-grande e Senzala”, escrita pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, publicada em 1933. Esta obra mostra um quadro da escravidão brasileira em que senhor/escravo tem uma relação amena, resultado da miscigenação entre as raças, fornecendo assim elementos para que o mito da democracia racial se consolidasse.

Em 1936, Sérgio Buarque de Hollanda, publica “Raízes do Brasil”. Nesta obra ele analisa o conflito entre a cultura eurocêntrica e o Brasil daquela época, investigando a civilização ocidental em que o negro era visto como algo exótico que havia contribuído para a nossa cultura com elementos na música e na alimentação.

Para os autores Fernandes; Morais (2005), grande parte da população brasileira não se declara negra ao ser perguntada sobre a cor de sua pele, multiplicando assim as cores para quem tem ascendência negra: jambo, mulato, pardo, moreno, cor de canela, negro nunca, pois é considerada palavra pejorativa. Para a historiadora Kátia de Queirós Mattoso, em entrevista ao jornalista Otávio Dias da Folha de São Paulo, em 13 de março de 2000, isso pode ser explicado pela intensa miscigenação existente em nosso país e mostra também o constrangimento que as pessoas não-brancas sentem em relação a sua condição étnica. Segundo dados do IBGE mais recente, eles são quase a metade da população brasileira, cerca de 45%. Ainda, segundo a historiadora, a origem desse comportamento vem dos quase quatro séculos de escravidão que deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira. “Negro e escravo são dois termos que, até certo ponto da história eram sinônimos”. Hoje não há escravidão, porém grande parte da população negra vive numa situação semelhante ao passado, isso porque após a abolição não receberam nenhum tipo de apoio institucional. Fizeram seu caminho sozinhos. O escravo era visto como ser inferior, tanto por suas características físicas quanto pela sua capacidade intelectual. A eles cabia a maior parte das atividades, principalmente aquelas que exigiam esforço físico, pois os colonos acabaram associando o trabalho

manual ao trabalho escravo. Durante o período da escravidão os brancos sentiam vergonha de carregar um simples pacote.

Para redimensionar esse tipo de visão ao ensinar história, segundo Fernandes; Morais (2005), é preciso muita reflexão e discussão por parte de professores e seus formadores, pois essa permanece escondida em algum lugar do nosso inconsciente. Assim poderemos caminhar para essa desconstrução, lenta e gradualmente e para que ela possa acontecer temos que mexer nas origens dessas imagens, fazendo com que elas sejam vistas por outro ângulo.

Campos Gerais

Os Campos Gerais, cenário de muitas tensões e luta, passou a ser ocupado a partir do começo do século XVIII e os paulistas foram os pioneiros. No período anterior, nesse território viviam índios dos troncos lingüísticos tupi e gê, sendo que os caminhos percorridos por eles foram também utilizados por bandeirantes portugueses, e espanhóis e por outros europeus que queriam ocupar o território atualmente denominado de Campos Gerais. O que, na época, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, eram domínios da Espanha. Havia também muitos viajantes que passavam e, se fixavam nas terras devolutas. A história dos Campos Gerais se confunde com a história dos caminhos dessa região.

Os primeiros registros oficiais sobre a doação de sesmarias nos Campos Gerais são de 19 de março de 1704, quando o paulista Pedro Taques de Almeida e seus familiares, num total de 22 pessoas, receberam do governo português a enorme Sesmaria da Conceição. A área dessa sesmaria abrangia o território dos atuais municípios de Castro, Jaguariaíva, Piraí e parte de Ponta Grossa.

Para desbravar a região, o sesmeiro contava com um grupo de pessoas formado por familiares, agregados, índios administrados e escravos de origem africana.

Com a decadência do ouro no Paraná, a maioria dos povoadores que se concentrava no litoral, partiu para locais onde haviam sido encontradas maiores quantidades de ouro: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Como os mineradores não disponibilizavam de tempo para produzir alimentos, a demanda por gêneros alimentícios e de muares para o transporte de cargas cresceu. Ao sul do Continente, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, onde as pastagens eram ricas, existiam

grandes quantidades de bovinos, equinos e muares. Assim foi aberto o “Caminho das Tropas”, permitindo o transporte desses animais, por terra, das regiões aos centros consumidores.

A região dos Campos Gerais, abrangia grandes extensões de terra e possuía uma vegetação baixa, de campos e pastagens, oferecendo excelentes invernadas, locais de permanência com aguadas abundantes para o pouso e engorda das tropas. Ao longo desses caminhos, onde as tropas pousavam ou paravam por algum tempo, foram surgindo pequenos núcleos de moradores que sobreviviam de negócios realizados com os tropeiros, aos quais ofereciam objetos feitos de couro, conserto de selas e apetrechos, serviço de ferreiro, alimentos produzidos no local, entre outros.

O rio Iapó alagava na temporada das chuvas, obrigando os tropeiros a acampar e a esperar. Assim, formou-se o Pouso do Iapó, no vau (trecho raso do rio) de baixo. O vau de cima do Pouso do Iapó, na paragem conhecida como Capão Alto, também era usado para fazer a travessia. Porém com a doação dessas terras aos religiosos da Ordem dos Carmelitas, os mesmos pediram aos tropeiros que deixassem de usar aquele vau para a travessia do rio, pois eles eram acostumados a uma vida de recolhimento e a movimentação das tropas os incomodava.

Com toda a movimentação no Pouso do Iapó, a antiga paragem evoluiu para Freguesia de Sant'Ana do Iapó, quando foi construída uma capela com esse nome. A elevação da Freguesia à Vila Nova de Castro aconteceu em 20 de janeiro de 1789, em homenagem a Martinho Mello e Castro, na época, ministro de Negócios Ultramarinos de Portugal. Quando a Província do Paraná, foi instalada em 19 de dezembro de 1853, Castro era a segunda cidade mais populosa com 5899 habitantes.

Em 21 de janeiro de 1857, a Vila Nova de Castro foi elevada à categoria de cidade, sendo a primeira cidade instituída após a instalação da Província do Paraná.

Fontes e ensino de História

Na historiografia da Escola Metódica ou Positivista, até o fim do século XIX e o início do século XX, produzia-se conhecimento histórico extraindo do documento as informações contidas nele sem elaborar interpretações. Contribuía dessa forma para legitimar valores aristocráticos, sem levar em conta a participação de outras

camadas da sociedade. Ao historiador era dado unicamente transcrever e demonstrar o documento como prova histórica, sem nada a lhe acrescentar. “O documento triunfava”.

Até o início do século XX, a história era ensinada ao aluno como um conjunto de fatos que faziam parte da história do país, “tal como haviam ocorrido”. Em sala de aula as fontes históricas eram usadas pelo professor para comprovar o que ensinava ao aluno. Os documentos aceitos como fontes históricas eram os registros oficiais, elaborados de forma escrita, com os quais se estudava os acontecimentos. Com a propagação da Escola Nova, a forma de usar o documento mudou, o mesmo passou a ser utilizado como estímulo ao aluno para despertar suas lembranças e referências sobre o passado, tornando o ensino mais dinâmico.

Com o advento da Nova História Cultural, passa-se a valorizar os diferentes sujeitos históricos e suas relações, superando a visão unilateral dos fatos históricos, propiciando aos alunos a formação da consciência histórica. Renovou-se a concepção de documento histórico e também a relação do historiador com ele. O documento que era visto como vestígios deixados pelos homens, passou a ser visto como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com as relações de poder da época em que foi produzido. Deixou de ser prova indiscutível da realidade passada, ampliando assim suas possibilidades de investigação.

Se mudou a maneira de ver o documento, temos que mudar também a maneira de usá-lo em sala de aula, já que na atualidade seu uso é imprescindível, porque permite ao aluno um contato mais próximo com as realidades passadas e suas formas de representação, respondendo aos questionamentos produzidos pela problematização feita pelos alunos e professores.

A partir do tema a escravidão nos Campos Gerais, fez-se um levantamento dos documentos existentes no município, da época, bem como, o que havia sobre o assunto. São várias as fontes documentais existentes do período da escravidão no município de Castro: Arquivo Cartorial, com Livros de Registros do Tabelionato Menarim (2º ofício); Arquivo Eclesiástico, com Livros de batismo, de casamento e óbitos na Paróquia Sant'Ana; Arquivo do Poder Legislativo, com Atas da Câmara Municipal; Arquivo Público com o Acervo da Casa da Cultura Emília Erichsen onde estão abrigados os documentos oriundos do antigo Fórum do município. O antigo Fórum possuía esses documentos do Poder Judiciário mesmo antes de Castro ser instituído como Foro Civil e Criminal, ou seja, Comarca, o que ocorreu em 1854, logo

após o Paraná conseguir sua emancipação política. Os principais documentos que fazem parte deste acervo são processos criminais, apelações, inquéritos, corpo de delito, cartas precatórias, autos de justificação e traslado de sentença. O período compreendido pela documentação é de 1835 a 1907, no total de 558 documentos.

Após o levantamento da documentação existente, decidimos pesquisar o Acervo da Casa da Cultura, pois o que mais intrigou foram os processos e inquéritos policiais em que haviam negros escravizados envolvidos, ora como vítimas, ora como algozes nos vários tipos de delitos como homicídio, lesão corporal, fugas, furtos, entre outros. A questão da criminalidade sempre esteve presente compondo as múltiplas faces do universo do escravizado, sendo a violência uma constante na grande rede de relações entre os diversos atores sociais. Então pesquisamos as relações senhores/escravos usando como base documental o Acervo do Poder Judiciário da Casa de Cultura.

Atualmente, os documentos encontram-se higienizados e organizados, mas os danos causados pelo tempo foram imensos, visto que estes ficaram guardados em locais inadequados e de maneira imprópria. Isso fez com que tais documentos sofressem severa deterioração, bordas corroídas ou manchadas, dificultando a leitura.

No decorrer da pesquisa, os documentos mostraram-se bastante interessantes e significativos, pois são fontes extremamente ricas de informações sobre o meio, os comportamentos, as relações pessoais, as condições de trabalho e as relações de poder da sociedade dos Campos Gerais. Entretanto há que se considerar que as falas das testemunhas e a voz dos acusados eram inibidas, sendo a do acusado menos livre, pois dependendo do que ele dissesse poderia implicar em sua condenação ou no agravamento da pena, como nos afirma Fausto (2001), que a voz da testemunha e principalmente do réu eram limitadas respondendo apenas o que lhe era perguntado, sendo manipulado de acordo com os interesses de quem possuía o poder de condenar, punir ou absolver os envolvidos.

Como interpretar essa fonte histórica escrita? Toda e qualquer fonte comunica, mesmo que tenha sido ou não essa a intenção no momento em que foi produzida. Defendemos aqui a idéia de que o documento deve ser lido sob vários ângulos observando quem o produziu, em que circunstância e, principalmente para quem e por quê. Temos que fazer leituras e interpretações objetivando um diálogo entre o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico ensinado.

Com relação às leituras e às interpretações que podem ser apreendidas do documento, Le Goff (2003) nos esclarece que

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, que traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe seu significado aparente. (p. 537-538).

Ainda de acordo com o autor, os fundadores da revista de Annales (1929 – Lucien Febvre e Marc Bloch), conhecidos como a 1ª geração dos Annales, insistiram na necessidade de ampliar a noção de documento como fontes históricas, as quais deveriam ser procuradas e interpretadas segundo as hipóteses do historiador, ampliando assim as possibilidades de investigação. Desta forma, os fundadores da revista dos Annales contribuíram para um alargamento na concepção de fontes. Esse alargamento foi uma etapa do que estaria por vir a partir de 1960, a chamada “revolução documental”. A memória coletiva já não privilegiava os grandes homens, passou a valorizar o documento que conservava a memória das “massas dormentes” que também foram atores sociais na construção da história, transformando-se em documento monumento.

Pode-se afirmar que fonte histórica é todo e qualquer material utilizado pelos historiadores para produzir um conhecimento histórico sobre o passado que investigaram. Material este que se torna fonte histórica a partir do momento em que o historiador o utiliza. Portanto, dependendo do objeto de estudo adotado, qualquer bem cultural pode transformar-se em fonte histórica, como afirma Bloch, (2203, p.107) “A diversidade dos testemunhos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”.

O primeiro passo a ser dado em sala de aula com respeito às fontes, é fazer com que o aluno identifique o documento que está sendo trabalhado, se é uma fonte primária ou secundária. Segundo Schimidt; Cainelli (2005), como fonte primária podemos classificar aquelas que se caracterizam por serem contemporâneas aos fatos históricos a que se referem. Podem ser de vários tipos como materiais, escritas, visuais e orais. As fontes materiais são aquelas relacionadas a utensílios de uso diário, roupas, ornamento, armas, instrumentos de trabalho, moedas

construções e toponímia, entre outros. Fontes escritas são documentos jurídicos, testamentos, inventários, sentenças, diários, censo, poemas mapas, gráficos, registros paroquiais, entre outros. Fontes iconográficas são pinturas, gravuras, caricaturas, fotografias, filmes, vídeos, programas de televisão, entre outros. Fontes orais são entrevistas, gravações, depoimentos, programas de rádio, entre outros.

Já como fonte secundária, segundo as autoras Schimidt; Cainelli (2205), podemos afirmar que são registros sobre os conteúdos históricos, resultante de uma intermediação realizada por diferentes pessoas. Então a existência ou não de intermediação intelectualizada entre objeto e pesquisador pode ser usada para classificar uma fonte primária ou secundária.

Concordamos com as autoras Schimidt; Cainelli (2205), quando afirmam que uma das fontes mais interessantes para trabalhar em sala de aula são os documentos guardados na casa do próprio aluno, pois no decorrer da vida guardamos papéis, fotografias, cartas, bilhetes, enfim documentos que revelam os hábitos, os ritos, os costumes de pessoas comuns que somos. É muito importante trabalhar os conteúdos a partir das experiências do aluno, rompendo com o ensino tradicional no qual se ensinam os grandes acontecimentos e os grandes heróis, uma história que está longe do cotidiano dos estudantes.

Assim partimos do que estava mais próximo, utilizamos as fotografias como fonte histórica familiar, rumando, posteriormente para o mais distante ou geral, ou seja, as fontes históricas do município. Trabalhar com fotografias dos ancestrais é uma forma de levar o aluno a estabelecer vínculos com a família e recriar laços com a mesma e descobrir seu pertencimento. Partindo dessa premissa, optamos então, nesse primeiro momento pelo uso dessa estratégia.

Para o historiador, a fotografia pode ser considerada um documento histórico que permite investigar como era a vida das pessoas de uma determinada época. Temos que estar atentos para o fato de que a fotografia não se confunde com a realidade registrada, mas parte dessa realidade, aquilo que o fotógrafo pretendia registrar. Como escreveu Machado (2005), ela é uma representação do real e também uma possibilidade de construir a realidade, a partir da investigação que fizermos sobre o significado dela como imagem fotográfica e os condicionamentos em que foi produzida.

Para iniciar a proposta, os alunos foram orientados sobre as atividades que iriam desenvolver e que a mesma ocorreria em etapas. Pedimos que trouxessem a

fotografia mais antiga que houvesse de seus antepassados e junto com ela a maior quantidade possível de informações sobre a(s) pessoa(s) fotografada(s), tais como: em que ocasião a foto foi tirada, qual a data e o local. De posse da foto observamos a aparência física das pessoas, olhar, gestos, vestuário, adornos que usavam e o corte de cabelo. Observamos também o que as pessoas estavam fazendo quando foram fotografadas, e por fim se havia alguma informação no verso da foto e quais as condições de preservação da mesma. Discutimos que a pesquisa deveria ser baseada também em questões que nos intrigam no presente. São os valores, costumes e interrogações do nosso tempo que geram as perguntas que direcionam o trabalho.

A partir dessas informações, foi feito um estudo biográfico do antepassado de cada aluno. Finalizando essa etapa cada um redigiu um texto contando um pouco do momento da foto, parte da história da(s) pessoa(s) fotografadas, conhecendo um pouco mais da sua própria história. O texto e a foto foram expostos no mural da escola, onde todos puderam apreciar o trabalho realizado pelas sétimas séries.

A segunda etapa da proposta teve início quando os alunos tomaram contato com o tema escravidão, o qual contribuiu na compreensão das bases da sociedade brasileira. À medida que fomos trabalhando com o assunto, discutimos também a pluralidade e a diversidade cultural presentes em nossa sociedade, aproximando a temática do aluno. Refletiu-se sobre o período histórico em que ela ocorreu, analisando a questão racial e a desigualdade no Brasil, procurando na escravidão uma das formas possíveis de interpretar os problemas vividos hoje. Como escreveram Pinski; Pinski (2005), abordamos o tema também para despertar a criticidade do aluno levando-o a combater preconceitos dentro e fora da sala de aula, compreendendo a realidade de maneira menos preconceituosa mais plural e ética.

Dando continuidade, à segunda etapa da proposta de intervenção, passamos a estudar a História local/regional por meio de leituras e interpretação de textos, discussões, análises e observação de mapas da região e do município. Para isso foi usado o material didático elaborado previamente, um Folhas, intitulado “A presença africana no cotidiano paranaense: sociedade e economia”. Esse material discute a presença africana no Paraná, na Região dos Campos Gerais e mais precisamente no município de Castro e sua contribuição na construção da mesma, não só de maneira cultural, mas também econômica e social. Ainda nessa etapa, discutimos o

tropeirismo nos Campos Gerais, fator decisivo na ocupação dessa região e na sua relação com os africanos escravizados.

A partir dos anos 90, o ensino de História vem se renovando gradualmente, auxiliado pela historiografia e marcado pela ampliação da visão de fontes históricas e temas de ensino. Hoje, a História deve contribuir para uma reflexão por parte do aluno, sobre os problemas de seu tempo e da realidade em que vive. Assim ele se situará de maneira consciente no mundo, conhecendo sua herança pessoal e coletiva, entendendo por que e quando deve participar das atitudes, valores e memórias de sua comunidade. Deve-se superar a história tradicional onde as classes populares só eram incluídas, de acordo com Hobsbawm (1998), “em circunstâncias muito excepcionais – como as grandes revoluções ou insurreições sociais”. Então não havia lugar para a história das pessoas comuns e suas experiências no passado.

Nesta perspectiva, o ensino de história não pode ficar limitado aos segmentos sociais dominantes da história. Como as Diretrizes Curriculares (Paraná, 2006) afirmam, a Nova História Cultural tende a valorizar os diferentes sujeitos históricos e suas relações, superando a visão unilateral dos fatos históricos, propiciando aos alunos a formação de uma consciência histórica.

Buscando nos aproximar das novas fronteiras da História, durante os estudos, foram incorporados elementos da Nova História Cultural e da história vista de baixo, pois essa corrente vinha de encontro ao desejo de apresentar outros atores sociais e outros espaços de poder aos alunos, possibilitando que o sujeito comum fosse inserido na história a partir do estudo de seus espaços e de suas relações sociais e suas relações de poder. Desta maneira, incluímos no nosso trabalho, a superação da História como verdade absoluta, vários recortes temporais, diferentes sujeitos e suas experiências.

Desta forma, procurou-se valorizar uma “história vista de baixo”, pois ela além de ser uma história da “experiência do cotidiano”, é também uma forma de resolver o papel das pessoas comuns no desenrolar da história, e como escreveu Sharpe (1992, p.59) “proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”. Então ela poderá ampliar nossa visão do passado, outros atores sociais e outros espaços de poder poderão ser analisados, aumentando assim a nossa compreensão dos acontecimentos da sociedade pesquisada.

A história local/regional sobre os dominados enquanto indivíduos pode ser encontrada em diversas fontes ligadas à igreja e à justiça, como registros de batismo, casamento, óbito e os processos criminais, dando assim voz aos excluídos, uma vez que os documentos oficiais privilegiam a fala dos vencedores. Esse tipo de fonte não só colabora com a História quantitativa, mas também com a qualitativa. Ao interpretá-la, penetra-se no dia-a-dia dos implicados, desvelando suas vidas íntimas além de expor regras e valores sociais.

No trabalho com a história local/regional, tem que se levar em conta que

uma realidade local não contém, em si mesma a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, processos históricos mais amplos. (SHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 112)

O que a História tem como propósito? Sharpe (1992, p.59-60) nos afirma que “Os propósitos da História são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem”.

Concordamos com esse autor, pois trabalhar com História local/regional favorece aos alunos a construção de uma identidade à medida que for conhecendo a forma como os grupos sociais a que pertencem, viveram e se organizaram. Tal estratégia permite ao estudante uma reflexão crítica acerca de sua herança pessoal e coletiva, contribuindo para a compreensão da realidade presente que tecemos da memória local. Não podemos nos esquecer de que o passado é importante para a compreensão do presente.

O ensino de História deve servir para que nosso aluno entenda que o saber não surge espontaneamente, temos que adquiri-lo e transformá-lo, à medida que o professor apresente um ponto de partida, de forma que o aluno possa atuar e o professor seja o estimulador desse processo, portanto além do saber ele poderá desenvolver a compreensão histórica da realidade social. Temos que deixar claro aos alunos o caráter provisório do conhecimento científico. Bezerra (2005, p. 42), diz que a construção do conhecimento histórico é importante para que ele possa olhar de maneira consciente para sua própria sociedade e para si mesmo, tornando-se “Ciente de que o conhecimento é provisório, o aluno terá condições de exercitar nos procedimentos próprios da História”.

Voltando à proposta de implementação, após o estudo da História local/regional, iniciamos a terceira etapa: visitar o Museu do Tropeiro de Castro. Sendo o museu um local que guarda a cultura de gerações passadas, muitas vezes é rotulado como conjunto de velharias sem valor e sem sentido para a vida do aluno. De acordo com os Estatutos do Comitê Brasileiro do ICOM (Comitê Internacional de Museus), artigo 6º, o museu pode ser considerado

uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer. (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2005, p.105)

Nesse sentido, um museu tem grande significado pedagógico. Mas não basta visitar um museu para que aconteça um processo educativo. É necessário que a visita esteja articulada com o conteúdo que está sendo trabalhado, então o professor exercerá o papel mediador entre o conhecimento histórico e esse conteúdo. Numa concepção mais contemporânea, a visita deve ser feita de forma ativa para que ocorra a construção do conhecimento.

Visitar um museu é mais atraente quando se tem um tema definido a ser pesquisado. Nosso tema dentro da História local/regional, foi a relação do tropeirismo nos Campos Gerais e os africanos escravizados, o qual foi amplamente discutido em sala de aula, de maneira que o aluno pudesse perceber a necessidade de conhecer essa questão na localidade em que vive.

Refletimos também sobre a concepção de museu que permeia o imaginário de nossos alunos que para eles se apresenta como um depósito de coisas do passado, o qual se visita para acumular conhecimentos. Foram realizados exercícios de observação, leitura de objetos, discutimos em que circunstâncias foram produzidos, quais seus aspectos físicos, quais suas funções e qual seu significado atual. Assim, a investigação dos objetos usados pelo tropeiro, ou mesmo produzido pelo negro escravizado, por exemplo, nos fornecem informações do contexto da época em que foram criados. Como escreveu Pinheiro (2004), o museu, ao conservar esses objetos que fazem parte da cultura material os transforma em documentos.

Nas aulas seguintes após a visita, os alunos fizeram um relatório em que havia parte da História local/regional, o tropeirismo como fator primordial para o povoamento da região e a participação do negro escravizado. Em suas anotações foi possível perceber suas observações e impressões, pois puderam olhar mais atentamente, desde o prédio onde está instalado o museu aos objetos lá existentes.

Quanto às variadas fontes presentes no museu, discutimos sobre a importância de se fazer uma conexão entre o passado e o futuro e levando os estudantes a perceber que nossos hábitos que estão intimamente ligados aos acontecimentos do passado. Tais questões influenciam comportamentos nos dias atuais, seja na questão de vocabulário, alimentação, religiosidade, lazer, tradições e manifestações culturais.

Passamos então a executar a última etapa da intervenção, a visita à Casa da Cultura Emília Erichsen que fora previamente agendada. Para que a visita fosse bem proveitosa, procuramos familiarizar o aluno com o local, discutindo que tipos de fontes iriam observar e o a razão de estarem lá guardadas.

Procuramos deixar claro aos alunos que ao iniciarmos a pesquisa com documentos, temos que conhecer a História dos mesmos, saber em que condições foram produzidos, com que propósitos e por quê. Pinheiro (2005), afirma que de posse dos documentos, temos que contextualizá-lo, analisando as informações contidas nele. A autora ainda, nos chama atenção para os usos e costumes, formas de agir, pensar e sentir, além da situação política e econômica do período em questão. Os arquivos surgiram da necessidade do Estado ou dos grupos sociais organizados de conservar os documentos que comprovassem seus direitos, sua autoridade ou seus interesses.

No caso dos processos criminais, foram produzidos para atender às necessidades daquele momento, esclarecer o ocorrido, mesmo que tivessem como objetivo apenas os interesses das elites frente às autoridades, refletindo assim as maneiras de sentir e pensar dos poderosos.

Os processos criminais são fontes ricas, pois contém o relato dos senhores, negociantes, dos escravos, dos acontecimentos da época. Podemos citar como exemplo, o caso do escravo Alexandre (processo criminal, caixa 1855), que em seu depoimento ao delegado de polícia, conta as suas andanças pelo Sul do Brasil, durante a Revolução da então Província do Rio Grande do Sul. Ele conta que havia sido cedido para servir no Exército da Revolução no lugar do filho de seu senhor.

Sabemos que na época era comum os senhores cederem um ou mais escravos para irem aos campos de batalha, em substituição a seus filhos, a quem queriam poupar. O documento deixa claro que o escravo em questão tinha autonomia suficiente para realizar esse trajeto sem ser impedido pela comunidade, a qual na época exercia um forte controle social dentro do sistema. O controle falhou e venceu a esperteza do escravo que se direcionou para outros lugares de seu interesse.

Então com os alunos organizamos um roteiro, uma ficha de trabalho em que deveriam anotar as observações do documento em si: quais os aspectos físicos, local e data em que foi produzido, quem o produziu, a quem se destinava e qual a finalidade de ter sido produzido. Além disso, deveriam anotar informações contidas no documento, como qual o assunto, que informações ele trazia, a quem interessava. Por último, relembramos a nossa problematização: como ocorria a relação senhor/escravo? Questão importante a ser considerada durante a visita.

Ao chegar à Casa da Cultura Emília Erichsen, os alunos tiveram os primeiros contatos com os diferentes espaços existentes no local: salas reservadas à exposições, sala de arquivos, sala de higienização. Para esta visita foi organizada uma exposição de documentos antigos. Dentre eles, processos criminais, inquéritos policiais, carta de alforria. A funcionária da instituição deu explicações relevantes sobre a casa, sobre o fato do prédio abrigar o acervo e ter sido tombado pelo patrimônio do Estado do Paraná em 1981, além do tipo de material usado na construção. Em seguida, a funcionária leu parte dos documentos expostos, fez comentários sobre eles e respondeu às questões feitas pelos alunos sobre o conteúdo dos mesmos. Ela mostrou como funcionava o higienizador e a necessidade de seu uso para a preservação dos documentos escritos.

Após a visita à Casa da Cultura, os alunos produziram um relatório seguindo um roteiro estabelecido. Juntos fizemos uma análise sobre as anotações feitas por eles em todos os sentidos, mas principalmente com relação à importância da preservação das fontes, de como se dava a relação senhor/escravo. Em seguida, os documentos foram descritos com fatos e datas. Concluímos nossos estudos com a produção de um texto, com o conteúdo de todo o trabalho realizado durante a implementação da proposta.

Considerações Finais

Procuramos mudar a prática em sala de aula de maneira que o ensino de História se tornasse mais dinâmico e dentro das diversas realidades dos nossos jovens estudantes. Percebemos, além da extrema motivação dos alunos, também a construção a compreensão do conhecimento histórico e a reflexão sobre a realidade local.

A exploração das fotografias dos familiares apresentou ótimos resultados em forma de mudanças, contribuiu para buscarem sua própria história estabelecendo vínculos de comunicação com a família e também para recriar laços e desenvolver o “senso de pertencer”.

Quanto à escravidão negra, encontramos na figura do negro escravizado um ator social que teve participação na construção da sociedade local/regional. Entretanto só é reconhecido como tal, a partir do momento em que passamos a valorizar as várias experiências sociais, dando voz à história dos sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados e que recentemente vem ganhando espaço na historiografia brasileira.

Como resposta à nossa problematização, os processos criminais deixam claro que as relações senhor/escravo foram conflituosas, marcadas pela violência, pelo medo, rancor, tanto por parte dos escravos, como por parte dos senhores pelos mais variados motivos. Paralela a essa violência, havia um espaço social em que dependendo das circunstâncias o negro escravizado realizava uma resistência aberta ou dissimulada através de sua rede de relações em que não se revela nem herói absoluto e nem vítima absoluta. Às vezes, ele era astuto e sabia exercer sua autonomia e outras vezes, pacífico e obediente, tudo dependia das circunstâncias.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de M., Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula: conceitos práticas e propostas**. 10. ed.- São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula: conceitos práticas e propostas**. 10. ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes Históricas** . 2. ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

BEZERRA, Holien G..Ensino de História: conteúdo e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro, (org.), **História na sala de aula: conceitos práticas e propostas**. 4. ed.- São Paulo: Contexto, 2005.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)** 2. ed.- Edusp, 2001.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcos Vinícius. Renovação da História da América, In: Karnal, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 4. ed.- São Paulo: Contexto, 2005.

HOBBSAWM, E. J. A História de baixo para Cima. In: HOBBSAWM, E. J. **Sobre História**. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Karnal, Leandro (org.) **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al] Campinas, Editora Unicamp, 2003.

MACHADO, Maria B. P. . **Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARANÁ, Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da História para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação.Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PINSKY, Jaime. ; PINSKY, Carla B. . Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos práticas e propostas. 4. ed.- São Paulo: Contexto. 2005.

REIS, João José. ; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. ; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: Burke, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, César Mucio. **Escravidão e Violência em Botucatu:** Processos crimes 1850/1888. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.